COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.613, DE 2015

Autoriza o Poder Executivo a criar campus nos municípios de Guaraí, Miracema do Tocantins, Palmeirópolis, Taguatinga e Xambioá, no Estado do Tocantins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) do Tocantins.

Autora: Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE

Relatora: Deputada FLÁVIA MORAIS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei 3.613, de 2015, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins nos Municípios de Guaraí, Miracema do Tocantins, Palmeirópolis, Taguatinga e Xambioá, no Estado do Tocantins.

Segundo proposto, o Poder Executivo é autorizado, em relação aos novos *campi*, a: criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias ao seu funcionamento; dispor sobre sua organização, competências, atribuições, denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre seu processo de implantação e funcionamento; e lotar os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante a criação de cargos e a transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

A proposição define, ainda, que o Instituto Federal a que se refere será destinado à formação e qualificação de profissionais em nível de educação superior, básica e profissional, observadas as necessidades socioeconômicas do Estado do Tocantins e de desenvolvimento tecnológico do Brasil.

A regulamentação da lei, segundo o projeto de lei em epígrafe, deverá ser feita pelo Poder Executivo, e sua vigência se dará a partir da data de sua publicação.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, aberto para apresentação de emendas ao projeto, nenhuma foi recebida.

Cabe-nos agora, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP, analisar o mérito da proposição com base no que dispõe o art. 32, inciso XVIII, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Parabenizamos a nobre autora pela apresentação da proposição. O ensino superior é, em qualquer sociedade, um dos motores do seu desenvolvimento.

O Brasil é signatário do protocolo da “Convenção Europeia dos Direitos Humanos” que dá direito à educação e, em âmbito mundial, do Pacto Internacional dos direitos econômicos, Sociais e culturais de 1966 das Nações Unidas, que garante que “a educação superior deverá tornar-se de acesso igualitário para todos, com base na capacidade, por todos os meios apropriados e, em particular, pela introdução progressiva da educação gratuita”.

Porém, de acordo com a OCDE, a cada 100 brasileiros adultos, apenas 14 chegaram ao Ensino Superior. Isso é muito pouco comparado à média dos 46 países analisados, que é de 35 a cada 100 adultos. Com esse índice, o

Brasil fica atrás de países da América Latina como Chile (21%), Colômbia (22%), Costa Rica (23%) e México (16%).

O presente projeto tem mérito porque dá oportunidade a pessoas que moram no interior do Estado a ter acesso ao ensino superior público. É fato também que a interiorização do ensino público tem se mostrado bastante exitosa no que concerne ao desenvolvimento de regiões afastadas dos grandes centros populacionais e das capitais dos Estados, contribuindo para uma considerável melhoria da qualidade de vida nessas áreas. Não é diferente o que ocorre com a implantação de *campi* dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Neste sentido, e com o objetivo de se tornar referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO tem como missão proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.

Desta forma, é forçoso reconhecer que além de ser uma proposição que promove a inclusão, a criação de *campi* do IFTO nos Municípios de Guaraí, Miracema do Tocantins, Palmeirópolis, Taguatinga e Xambioá trará desenvolvimento econômico e social não só para as cidades, mas também para toda a região circunvizinha, o que por si só já revela o mérito da proposição ora analisada.

Concluimos, portanto, ante todo o exposto, votando pela APROVAÇÃO, no mérito, do Projeto de Lei 3.613, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputada FLÁVIA MORAIS
Relatora